



Crenças por contágio: a estrutura semiótica da transmissão de conteúdos virais nas redes

Beliefs by Contagion: The Semiotic Structure of Viral Content Transmission on Networks

Renan Henrique Baggio*
renanhbaggio@gmail.com

Resumo: A discussão peirciana sobre os modos de fixar crença permanece atual diante do cenário informacional contemporâneo, no qual as redes digitais assumem lugar central na produção e circulação de conteúdos. Entretanto, os critérios que garantiam confiabilidade às crenças científicas, como a continuidade da experiência, o teste empírico e o escrutínio comunitário, vêm sendo substituídos por processos de validação social imediata baseados na velocidade, repetição e viralidade da informação. Neste artigo, analisamos o fenômeno que denominamos transmissão de crenças por contágio, entendido como um modo emergente de reprodução da crença em ambientes mediados por plataformas digitais. Para tanto, revisitamos o conceito de crença no pragmatismo de Peirce e o situamos no contexto semiótico das redes. Em seguida, descrevemos a estrutura triádica que sustenta a dinâmica desse contágio, articulada na relação meme–rede–crença: o meme como elemento icônico, a rede como índice e a crença como símbolo enquanto lei geral de ação. Demonstramos que essa forma de disseminação não resulta do diálogo com os fatos, mas da capacidade de engajamento comunitário e algorítmico, configurando uma simulação da investigação científica que promete a formação de hábitos responsivos à realidade. Por fim, defendemos a necessidade de promover, no ambiente digital, formas de circulação de crenças que recuperem os princípios cooperativos e investigativos do método científico, de modo que a racionalidade possa também se tornar objeto de um contágio orientado ao crescimento da experiência e ao ideal de verdade.

Recebido em: 08/03/2025.

Aprovado em: 25/06/2025.

Publicado em: 30/10/2025.

Palavras-chave: Crença. Contágio. Memes. Redes. Semiótica.

Abstract: The Peircean discussion on the modes of fixing belief remains relevant in the contemporary informational landscape, in which digital networks occupy a central role in the production and circulation of content. However, the criteria that once ensured the reliability of scientific beliefs—such as the continuity of experience, empirical testing, and community scrutiny—have been increasingly replaced by immediate social validation processes grounded in speed, repetition, and information virality. In this article, we analyze the phenomenon we call belief transmission by contagion, understood as an emerging mode of belief reproduction in environments mediated by digital platforms. To this end, we revisit the concept of belief in Peirce's pragmatism and situate it within the semiotic context of networks. We then describe the triadic structure underlying the dynamics of this contagion, articulated through the meme–network–belief relation: the meme as an iconic element, the network as an index, and belief as a symbol understood as a general rule of action. We demonstrate that this form of dissemination does not result from engagement with facts, but rather from the community and algorithmic dynamics that simulate scientific inquiry while undermining the formation of habits responsive to reality. Finally, we argue for the need to promote, in digital environments, modes of belief circulation that recover the cooperative and investigative principles of the scientific method, so that rationality may also become the object of a contagion oriented toward the growth of experience and the ideal of truth.

Keywords: Belief. Contagion. Memes. Networks. Semiotics.

Artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

* Universidade Estadual do Norte do Paraná.

1 Apresentação

Clássicos são os modos de fixar crença delineados por Charles Sanders Peirce. O tratamento que o filósofo deu a essa discussão, mesmo tendo sido traçado em 1877, dialoga expressivamente com os temas trabalhados em sua maturidade, sobretudo sua abordagem original dos modos de inferência e seu pragmatismo. Proposta no final do século XIX, a compreensão de Peirce acerca das crenças continua atual e suscita discussões importantes em meio ao emaranhado informacional contemporâneo. No entanto, os meios pelos quais as crenças têm sido veiculadas sofreram mudanças significativas desde a publicação de *The Fixation of Belief*.

A problemática da crença nas sociedades digitais ganha centralidade num cenário em que a produção e circulação de informações se democratizou, porém sem que houvesse uma correspondente democratização dos critérios de validação do conhecimento. A abundância de dados, combinada com a aceleração dos fluxos comunicacionais e com o descaso em relação às autoridades epistêmicas, cria um ambiente no qual a fixação da crença não opera mais prioritariamente por meio da experimentação e da investigação racional, mas se ancora, cada vez mais, em processos de validação social imediata. O prestígio do que se compartilha depende menos de sua aderência ao real e mais de sua capacidade de mobilizar afetos, reforçar pertencimentos e ganhar visibilidade algorítmica. Isso altera estruturalmente as condições pelas quais crenças são mantidas e disseminadas.

Aquilo que Peirce caracteriza como o longo curso da experiência parece ter sido substituído pela imediatez e saturação dos conteúdos das redes, forma de simular confiabilidade mediante repetição, velocidade e viralidade. O que se conhece não é o que se prova, mas o que se propaga. Partimos, assim, de um deslocamento da razão para a circulação, da argumentação para o engajamento, da investigação para o contágio.

No que segue, o problema que este texto percorre pode ser expresso do seguinte modo: como as dinâmicas comunicacionais das redes digitais têm alterado os modos de fixação da crença, tal como descritos por Peirce, permitindo que crenças dogmáticas se disseminem e se estabilizem sem recorrer a um diálogo claro com a alteridade e sem considerar o princípio do longo curso da experiência?

Diante disso, nosso objetivo é abordar um mecanismo de veiculação de crenças vinculado à disseminação massiva de conteúdos via redes, o qual chamamos de “transmissão de crenças por contágio”. Devido à aceitação quase involuntária e à capacidade de veiculação extremamente rápida, de proporções incalculáveis, atribuímos à transmissão dessas crenças o termo “contágio”, de natureza epidemiológica. Esse modo de transmissão permite negligenciar a ideia de longo prazo — ou aquilo que Peirce chama *long run*, tão cara à investigação de cunho pragmatista — e garante confiabilidade às crenças pela velocidade com que seus conteúdos são disseminados e pela quantidade exacerbada de suas fontes receptoras.

De modo a percorrermos nosso objetivo, abordaremos, primeiramente, a ideia de crença e sua importância no pragmatismo peirciano para compreendermos, em seguida, o fenômeno contemporâneo da transmissão de crenças por contágio. Feito isso, discutiremos a fundamentação semiótica de tal fenômeno, caracterizada na relação meme-redes-crença. As redes indicam como as qualidades de um meme serão lidas a partir de um repertório específico. Nessas condições, o meme é o elemento icônico de uma relação triádica em que a parte-símbolo é a crença, enquanto lei geral de conduta, e as redes, por conduzirem as possibilidades de representação, são tomadas como índice. As crenças, ou conceitos, e os memes, ou ideias, são partes componentes do mesmo símbolo e, além disso, as redes conduzem a significação ao instanciarem os elementos gerais na experiência individual.

2 O que é uma crença?

A questão da crença é cara ao pragmatismo de Peirce. A definição dada pelo autor a tal conceito aparece de alguns modos: seja como um princípio que garante a disposição para agir (CP, 1.636; 5.12; 5.27; 5.370), como um hábito (CP, 2.148; 2.435; 3.160; 4.53), ou ainda, a adoção de uma proposição como um *ktéma es aei* (CP, 1.635), isto é, uma aquisição durável ou definitiva. Tais definições se complementam e nos permitem compreender a crença como um modelo de conduta por meio do qual, dada determinadas situações, espera-se que certas ações sejam bem-sucedidas. Nas palavras de Peirce:

[...] ela [a crença] tem apenas três propriedades: Primeiro, é algo de que estamos cientes; segundo, ela apazigua a irritação da dúvida; e, terceiro, ela envolve o estabelecimento em nossa natureza de uma regra de ação, ou, resumindo, um hábito. Como ela apazigua a irritação da dúvida, que é o motivo do pensamento, o pensamento relaxa e chega a um momento de descanso quando a crença é alcançada. Mas, como a crença é uma regra para a ação, cuja aplicação envolve mais dúvidas e mais pensamentos, ao mesmo tempo que é um ponto de parada, é também um novo ponto de partida para o pensamento. (CP, 5.397).

Ter uma crença é, portanto, uma forma de descanso do intelecto, um apaziguamento da atividade inferencial, tanto por manter um critério final de interpretação acerca dos fatos, quanto por constituir um ponto axial para conjecturar acerca daquilo que ainda não se sabe. Uma nova crença é parcialmente determinada por crenças antigas e parcialmente determinada por novas experiências (CP, 3.161).

Dado tal caráter antecipatório ou balizador da conduta, precisamos pensar de que maneira uma regra geral para a ação é assumida como razoável por alguém que a mantém como válida. Peirce abordou essa discussão em seu texto *A fixação da crença* (CP, 5.358-387) e concluiu que há quatro métodos pelos quais alguém é levado a sustentar uma crença: por tenacidade, ao assumir a crença como válida pelo simples fato de ela se constituir como resposta possível à dúvida; por autoridade, quando a validade da crença é afirmada por um outro; de forma *a priori*, na qual a validade da crença é garantida pela sua razoabilidade; e pelo método científico, quando a crença resulta do ininterrupto diálogo com os fatos.

Os modos de fixação da crença, embora propostos na fase de “juventude”, ganham amplitude pragmática por meio do repertório semiótico desenvolvido por Peirce. Uma explicação acerca dos fatos é obtida por meio de um processo inferencial, caracterizado na tríade abdução, dedução e indução. Analisada através desta perspectiva, a real diferença nos graus de explicação dos fatos configurados nos modos de fixação da crença reside, segundo Iibri (2019), nos diferentes tipos de indução que norteiam o encerramento da investigação, ou, o descanso do intelecto. Apenas o método científico de fixar crença se beneficia do último grau de indução, a chamada indução quantitativa, na qual o princípio de longo curso da experiência (*long run*) e de probabilidade são tomados em correlação. Os outros métodos, tenacidade, autoridade e *a priori* – ou crenças dogmáticas – são conduzidos por indução rudimentar, que mantém uma hipótese até que ela seja refutada; ou ainda, por indução qualitativa, quando a amostragem obtida corrobora com o repertório do investigador, algo próximo do que chamamos hoje de viés de confirmação.

Diante dessa especificidade inferencial do método científico, buscamos compreender em um trabalho anterior (Baggio, 2021) como as dinâmicas de comunicação virtuais têm influenciado o grau de confiabilidade e aceitação da crença. A quantidade imensurável de informações veiculadas via redes e a facilidade através da qual elas podem ser acessadas por aqueles que tenham meios para isso subverteu a confiabilidade experimental dos modos de investigação. O método científico, fundado na probabilidade e no longo curso da experiência, foi descredibilizado pela imediaticidade e pela saturação dos conteúdos veiculados via redes. Não se trata apenas de negar a ciência como meio para obtenção de crenças confiáveis, mas sim de oferecer um suporte lógico que garanta a equiparação – mesmo que ilusória – da segurança alcançada pelas crenças dogmáticas em relação às científicas.

3 O estatuto da crença na dinâmica das redes

A fixação da crença não pode ser plenamente compreendida sem o elemento comunitário que estrutura o método científico. A comunidade dos investigadores não é uma massa de indivíduos reunidos acidentalmente, mas uma instância lógica que garante a continuidade da investigação para além das limitações de cada intérprete particular (CP 8.12). A verdade, entendida como destino regulativo da semiose, só pode ser alcançada na medida em que as hipóteses são submetidas a sucessivos testes, temporal e intersubjetivamente distribuídos. Assim, a confiabilidade de uma crença científica não se reduz ao consenso momentâneo, mas advém de sua resistência às tentativas de refutação e de sua capacidade de suportar condições sempre mais amplas de experiência.

Quando transferimos a questão da crença para o ambiente das redes, percebemos que esse critério comunitário é desfigurado: a comunidade de intérpretes não se organiza pela busca cooperativa da verdade, mas pela formação de agrupamentos identitários nos quais a circulação da informação se dá como afirmação de pertencimento. A dúvida deixa de ser estímulo para o pensamento e se torna ameaça à coesão do grupo. Se, em Peirce, a dúvida é o motor da investigação, nas redes ela é neutralizada para que o contágio continue. A crença cessa de ser abertura ao desconhecido para se converter em mecanismo de autopreservação simbólica.

Na dinâmica comunicacional das redes, o signo não é simplesmente transmitido: ele é constantemente rearranjado por operações algorítmicas que filtram, hierarquizam e intensificam certos conteúdos em detrimento de outros. Não há neutralidade técnica nesse processo: a própria estrutura da plataforma participa como interpretante, modulando as possibilidades de significação e determinando quais signos serão atualizados em hábitos. O que chega ao intérprete já traz consigo as marcas de uma pré-interpretação algorítmica, que seleciona aquilo que tende a gerar mais engajamento — e engajar significa fundamentalmente tornar contagioso.

Isso nos permite compreender as redes como índices operatórios que vinculam elementos gerais, como conceitos, narrativas, crenças etc., às experiências particulares dos usuários. Ao transformar probabilidades de interação em regras de visibilidade, os algoritmos configuram um ambiente no qual os signos mais aptos à replicação triunfam, não necessariamente os mais aptos à verdade. Assim, estabelecem-se processos semióticos altamente seletivos, nos quais a prevalência de um signo não se mede pela qualidade de seu referente, mas pela capacidade de captar e manter a atenção de seus intérpretes.

Esse processo propicia que crenças veiculadas via redes recebam aceitação quase involuntária, além de serem disseminadas de maneira muito rápida e em proporções incontáveis. Esse fenômeno comunicacional exclusivo dos meios virtuais reflete a natureza do contágio, tal como pensado por Fracastoro (1546), no âmbito de doenças transmissíveis, mas também por Serres (2013) e Giordano (2020), cuja reflexão aborda o conceito de contágio também em termos culturais. Chamamos, portanto, transmissão de crenças por contágio os modos de veiculação de conteúdos virais via redes cujas implicações são perceptíveis na conduta dos indivíduos.

O contágio de crenças não opera apenas pela transmissão de conteúdos, mas sobretudo pela propagação de disposições interpretativas. Em um ambiente marcado pela sobrecarga cognitiva, agentes não dispõem de tempo nem de recursos intelectuais suficientes para submeter cada nova informação a um exame detido.

Além disso, crenças que se espalham por contágio apresentam forte vínculo com afetos compartilhados: medo, indignação, desejo de pertencimento, sentimento de urgência. Esses afetos funcionam como atalhos interpretativos, apressando a passagem de um signo ainda hipotético para um signo adotado como hábito. Ao priorizar conteúdos que intensificam tais afetos, as redes convertem o contágio em um processo cumulativo: quanto mais compartilhado, mais verdadeiro parece ser aquilo que circula, de modo que a repetição possa simular a evidência.

Assim, crenças por contágio se impõem menos pela solidez de seus fundamentos e mais por sua compatibilidade com as emoções e identidades vigentes nos grupos em que se propagam. Elas se tornam, portanto, instrumentos de coesão simbólica e marcadores de pertencimento: recusar o contágio significa, muitas vezes, recusar o próprio grupo, o que pode gerar um custo psíquico e social elevado. A crença adquire, então, uma blindagem emocional que a torna resistente mesmo diante de fatos contrários.

4 A estrutura das crenças por contágio

A transmissão de crenças por contágio negligencia a ideia de longo prazo (*long run*) do processo de investigação científica. Tal princípio é substituído pela velocidade através da qual conteúdos são disseminados via redes – ou imediaticidade – e pela quantidade exacerbada de fontes tanto receptoras quanto emissoras¹ às quais eles chegam e das quais eles partem – ou saturação.

Contudo, precisamos pensar em certas implicações: crenças parecem depender de um agente que as incorpora em sua conduta e que faça isso diante das suas próprias experiências, e tais experiências não podem ser transmissíveis por contágio. Como então podemos pensar em crenças “pulando” de um agente para outro de forma contagiosa? Há dois critérios que precisamos considerar para tratar dessa questão.

Primeiro, crenças não são de natureza interna, produzidas e individualizadas em cada agente que as mantém. Elas são modos de conduta, “receitas” de como agir em determinadas situações. Nesse sentido, nos diz Peirce:

A essência da crença é o estabelecimento de um hábito; e diferentes crenças são distinguidas pelos diferentes modos de ação que elas originam. Se as crenças não diferem nesse aspecto, se apaziguam a mesma dúvida ao produzir a mesma regra de ação, então meras diferenças na maneira de consciência delas não podem torná-las crenças diferentes, assim como tocar uma melodia em tons diferentes não é tocar melodias diferentes. (CP, 5.398).

Nesses termos, transmitir uma crença significa compartilhar um hábito, um modo de agir dada determinada circunstância. Embora uma crença possa aparecer de diferentes maneiras na consciência, trata-se, dada a sua natureza de lei para a conduta, de uma única crença. Portanto, copiar, ou se inspirar na forma como alguém age e fazer o mesmo, significa, em última instância, compartilhar uma mesma crença.

De qualquer forma, essa caracterização ainda não explica de modo pleno como é possível que uma crença seja passada adiante. Para tanto, é necessário pensarmos o segundo critério: as crenças são compartilhadas por meio de ícones, cuja relação com o objeto se dá por semelhança (CP, 2.247). Quando proferimos um comando, por exemplo, o que é projetado ao intérprete é um ícone que produzirá efeito ao restringir as possibilidades de significação. “A única forma de comunicar uma ideia diretamente é por meio de um ícone; e todo método indireto de comunicar uma ideia deve depender, para seu estabelecimento, do uso de um ícone” (CP, 2.278). Sendo essas as condições básicas para transmitir uma crença, como seria, portanto, a transmissão de uma crença por contágio?

O modo pelo qual a transmissão de crenças por contágio opera é estruturado em uma relação triádica em que, ao tomá-la como símbolo, observaremos a operação de três elementos imprescindíveis para sua efetivação: o meme, as redes e, por fim, a crença. Restringindo o conceito de redes às plataformas virtuais de comunicação e tomado como já bem esclarecida a concepção de crença da qual partimos, resta-nos elucidar o que entendemos por meme.

1 A ideia de fontes receptoras e emissoras deixa de fazer sentido nas vias comunicacionais atuais. A dinâmica de produção de conteúdo alterou essas definições. Duas alternativas possíveis vêm do termo “prosumer” (productor e consumer), cunhado por Alvin Toffler (1980), e “produsage” (production e usage) por Axel Bruns (2008), mas ainda é preciso verificar se cabem no contexto de criação de conteúdos do qual partimos em nossa análise.

A ideia de meme foi proposta pela primeira vez por Dawkins (2006) para se referir a um replicador cuja função é transmitir elementos culturais. Embora esse pressuposto tenha gerado um campo de estudo específico, a memética, com diversos pesquisadores e críticos, foi no cenário contemporâneo de comunicação virtual que o termo “meme” se popularizou e se desprendeu da sua concepção primordial. Seja por meio de imagens, vídeos ou áudios, copiados, transformados e espalhados rapidamente pelos usuários das redes, os memes se tornaram uma forma de entretenimento e informação em nosso tempo.

Ainda que o termo cunhado por Dawkins tenha enfatizado a analogia evolucionária, o que nos interessa aqui não é sua dimensão biológica, mas sua lógica. O meme digital constitui uma espécie de ícone diagramático: sua estrutura visual e sonora não apenas se assemelha a determinadas situações do mundo, como diagramatiza relações e interpretações de modo a orientar ações futuras.

Seus elementos são altamente combinatórios e mutáveis: cada replicação de um meme introduz desvios, variações que testam sua adaptabilidade semiótica nos fluxos da rede. Essa plasticidade permite que ideias complexas sejam codificadas de forma compacta, frequentemente com humor ou ironia, o que aumenta sua potência de replicação. Um meme não precisa explicar: ele atua, pois já entrega interpretantes potenciais pré-configurados.

Ao considerar memes como ícones diagramáticos, compreendemos melhor sua eficácia na transmissão de crenças. Eles já induzem um modo de leitura do mundo, simplificando relações causais e categorizando atores sociais. Em outras palavras, o meme oferece o esboço de um hábito, prontamente adotável como regra de conduta. Isso nos leva a compreender meme, por meio de aparato semiótico, como “Sistemas de signos com tendência a adotar um hábito translacional flexível e inteligente” (Cannizzaro, 2016, p. 582), “que veicula seu conteúdo por viés icônico” (Baggio, 2021, p. 165). Como, então, memes são usados para transmitir crenças?

Da mesma forma como um símbolo é capaz de representar seu objeto por meio de sua estrutura – composta por um elemento indicial, capaz de conectar um signo geral a uma experiência particular; uma parte simbólica, como hábito geral não atualizado; e um elemento icônico, capaz de atualizar o hábito, produzindo significação (Santaella, 1995, p 173-175) – também opera a transmissão de crenças por contágio: o meme, pelo seu potencial representativo, se configura como elemento icônico; a crença assume a parte simbólica enquanto lei geral de conduta; por fim, as redes, assumem o papel de índices, pois instanciam os gerais, conduzindo as possibilidades de representação para sua efetivação.

Os memes possuem um potencial interpretativo e representativo ilimitado. Cada parte componente do meme atribuiu a ele uma possibilidade do que representar. Do mesmo modo, a crença, enquanto uma disposição, pressupõe a necessidade da ação, trata-se de uma regra geral. É pelo intermédio das redes que memes veiculados a milhares de usuários por minuto se tornam significativos diante do repertório através do qual eles serão lidos. A crença é o que dá forma para a efetivação das qualidades representativas e interpretativas do meme. Cabe às redes o recorte da generalidade, tanto do meme quanto da crença, e a inserção na experiência particular, estabelecendo as determinações entre possível e esperado.

Esse fenômeno comunicacional que descrevemos é o fundamento da transmissão de crenças por contágio. Nesse viés em que as redes indicam como as qualidades do meme serão lidas dentro de um repertório específico, o conteúdo das crenças se dissemina em maior escala que um vírus. Infectam hospedeiros que dificilmente conseguirão abandonar seus pressupostos, pois manter uma crença nas redes é ostentar um símbolo que, ao ganhar mais adeptos, se torna cada vez mais duradouro. A dinâmica exaustiva do mundo digital é a própria mutabilidade dos símbolos que crescem, expandem seus conteúdos e mantêm a representação de seu objeto *in futuro*.

Podemos ilustrar o funcionamento simbólico da transmissão por contágio com exemplos que evidenciam a articulação entre ícone, índice e símbolo. Para tanto, tomemos duas crenças radicalmente contrárias aos fatos, mas usualmente compartilhadas e mantidas por grupos volumosos, sobretudo no meio digital, quais sejam, o terraplanismo e as campanhas antivacinação:

Tabela 1 - Exemplo de estruturas da transmissão de crenças por contágio

	Terraplanismo	Campanhas antivacinação
Ícone	Mapas distorcidos, experimentos caseiros viralizados	Fotos de supostos efeitos colaterais, metáforas de “controle”
Índice	Redes que reforçam vínculos comunitários contra autoridades epistêmicas	Plataformas que privilegiaram engajamento alarmista durante a pandemia
Símbolo	Crença de que instituições científicas conspiram contra o “povo”	Crença de que intervenções biomédicas ameaçam a liberdade individual
Conduta	Desconfiar sistematicamente de qualquer autoridade científica	Colocar em risco o próprio agente e sua comunidade

Em ambos os casos, a crença final não emerge da investigação empírica, ou da opinião final mantida por uma comunidade de investigadores decorrente da interação com a faticidade do real, mas do fluxo contágioso da informação. O que se fixa como regra de ação é uma consequência da estrutura de circulação: aquilo que viraliza passa a orientar condutas, mesmo quando contraria evidências sólidas. A semiose, portanto, não se dá em diálogo com os fatos, mas com a intensidade do engajamento comunitário e algorítmico.

As crenças que se difundem por contágio apresentam uma espécie de falsificação da investigação científica: elas imitam certos efeitos do método científico — estabilidade, confiança, consenso —, mas eliminam seus fundamentos essenciais: dúvida, teste, correção. Trata-se de uma simulação da investigação, que opera como se a verdade tivesse sido alcançada porque o signo alcançou grande circulação.

Nesse contexto, a fragilidade maior não está apenas nas crenças em si, mas no empobrecimento das condições de formação da crença: quando o hábito se instala sem que tenha sido verdadeiramente experimentado, o pensamento, a investigação, deixam de responder ao mundo e passam a revestir-se de subterfúgios linguísticos por meio dos quais qualquer narrativa pode ser formulada e sustentada.

5 Considerações finais

A investigação de cunho científico, embora prudente, é lenta, cansativa e pode ser, inclusive, cara. Sem contar o distanciamento que existe entre a produção do conhecimento científico e a sociedade em geral, que apenas se beneficia dos produtos da ciência, sem conhecer necessariamente os meios pelos quais eles são possíveis. Já a veiculação e produção de conteúdos via redes tem estimulado a participação coletiva. De certa forma, tem democratizado o acesso aos meios pelos quais a informação é construída e aos fins para os quais ela é divulgada.

No entanto, isso não é suficiente. De um olhar pragmatista, o fim da conduta que crenças por contágio suscita é um mero “faz-de-contas” (PWP, p. 256), termo empregado por Peirce para se referir a adoção de um conceito sem considerar seus efeitos e, sobretudo, sem submetê-lo ao teste à procura de suas consequências — uma espécie de simples falatório sem aderência ao real. Sabemos ser difundidas as mais diversas narrativas por meio das redes, cuja fundamentação fatual, embora negligenciada, acaba cobrando, ora ou outra, seu preço.

Se o contágio opera como uma simulação da investigação, é porque ele mobiliza certas dinâmicas comunitárias fundamentais à formação das crenças. O problema não está, portanto, na dimensão social da interpretação — elemento intrínseco à lógica peirciana —, mas na perversão do princípio comunitário que garante o crescimento da razão. A comunidade digital não existe para ampliar a experiência possível, mas para restringi-la ao círculo de interesses que produz engajamento. Ao invés de cultivar a diferença como fonte de aprendizado, neutraliza o dissenso como se fosse ameaça à estabilidade simbólica.

É nesse ponto que o pragmatismo de Peirce nos oferece um horizonte ético: a ideia de que o desenvolvimento da razão é inseparável de um sentimento de continuidade com o outro, expresso em sua doutrina do agapismo. Para que crenças científicas possam se propagar, é preciso que os vínculos comunitários não se construam sobre a exclusão ou a hostilidade, mas sobre a confiança mútua e a cooperação no enfrentamento da dúvida. Crenças científicas só se tornam hábitos coletivos quando os agentes reconhecem que a verdade é algo que se busca com e para os outros.

Por isso, mais do que defender a ciência como conjunto de resultados, é preciso educar para o método científico como forma de vida: a) assumir a falibilidade sem transformar a incerteza em paralisia; b) acolher a dúvida como motor da investigação; e c) entender o erro não como fracasso moral, mas como momento necessário do aprender.

Propomos, assim, uma inversão do problema: se crenças por contágio se espalham com tamanha eficiência, devemos, portanto, contagiar crenças científicas. Esta não é uma ingenuidade otimista, mas a constatação de que a racionalidade pode, ela mesma, ser viralizada, desde que a comunidade seja organizada não pela lógica do engajamento, mas pela lógica do crescimento mútuo da experiência e da razoabilidade.

A sociedade digital nos coloca diante de um dilema: ou deixamos que nossos hábitos cognitivos sejam moldados por vieses semióticos que privilegiam a velocidade e o afeto em detrimento da verdade; ou reconstruímos os ambientes de circulação da informação para que favoreçam a abertura à experiência, o diálogo crítico e o ideal regulativo da verdade científica. O modo como respondermos a esse dilema determinará não apenas o destino das crenças em nosso tempo, mas o próprio propósito da razão em sua busca contínua de interpretar e habitar no mundo. Há em nosso horizonte algum vislumbre real dessa possibilidade?

Referências

- BAGGIO, R. H. *Como as redes fixam crença: uma análise realista da pós-verdade e suas implicações semiótico-pragmáticas*. 2021. 200 f. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2021.
- BRUNS, A. *Blogs, Wikipedia, Second Life, and Beyond: From Production to Produsage*. New York: Peter Lang. 2008
- CANNIZZARO, S. Internet Memes as Internet Signs: a semiotic view of digital culture. *Sign Systems Studies*, v. 44, n. 4, p. 562-586, 2016.
- DAWKINS, R. *The Selfish Gene*. 2 ed. Oxford/New York: Oxford University Press, 2006.
- FRACASTORO, H. *De sympathia et antipathia rerum*. Liber unus. De contagione et contagiosis morbis et curatione. Libri III. 1546. Disponível em: <<http://pds.lib.harvard.edu/pds/view/7552491?n=1&image-size=600&jp2Res=0.25>>. Acesso em 02/11/2024/.
- GIORDANO, P. *No Contágio*. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- IBRI, I. A. Habit Formation and Self-Organization: a Peircean approach. In: PEREIRA JR, A.; PICKERING, W. A.; GUDWIN, R. R. (Orgs.). *Systems, Self-Organization and Information: an Interdisciplinary Perspective*. New York: Routledge, 2019, v. 1, p. 192-204.

- PEIRCE, C. S. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. 8 vols. HARTSHORNE, C.; WEISS, P.; BURKS, A, (Ed.). Cambridge, MA: Harvard University Press. 1931-1935; 1958.
- PEIRCE, C. S. *Philosophical writings of Peirce*. BUCHLER, J. (ed.). New York: Dover Publications, 2011.
- SANTAELLA, L. *A Teoria Geral dos Signos: Semiose e Autogeração*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- SERRES, M. *O Parasita*. Trad. Priscila Figueiredo. São Paulo: Editora UNESP, 2013.
- TOFFLER, A. *The Third Wave*. New York: William Morrow, 1980.



COGNITIO

Revista de Filosofia
Centro de Estudos de Pragmatismo

São Paulo, v. 26, n. 1, p. 1-10, jan.-dez. 2025
e-ISSN: 2316-5278

<https://doi.org/10.23925/2316-5278.2025v26i1:e73858>